

KARL MANNHEIM: VIDA, OBRA E HERANÇA CULTURAL

C. A. Barata Silva (*)

1. BIOGRAFIA

Nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta, o sociólogo alemão Karl Mannheim (1893/1947) era um dos representantes mais eminentes de sua profissão e seu nome permanece associado ao estudo sociológico do conhecimento. A parte exponencial de sua obra consiste em relacionar o pensamento com a posição social do indivíduo. As circunstâncias de sua educação eram típicas da classe acadêmica e da Europa Central. Nasceu em Budapeste; inicialmente, freqüentou a escola naquela cidade; depois estudou nas Universidades de Berlim, Budapeste, Paris e Friburgo, antes de ir para a Universidade de Heidelberg, onde ele se habilitou como "privatdozent" em 1926. Aquela época, essa cidade era reconhecida como o mais eminente centro intelectual do mundo acadêmico da Alemanha. Nela sentia-se ainda a presença remota de Max Weber que tinha falecido em 1920, e a influência de Gyorgy Lukács que brilhara no seu período pré-marxista, ainda se fazia sentir.

Mannheim viveu e trabalhou em Heidelberg até o dia em que foi chamado para a cátedra de sociologia na Universidade de Frankfurt em 1930. Ele permaneceu naquela função até a primavera de 1933. Logo após, teve que refugiar-se na Grã-Bretanha, pois o partido Nacional Socialista (nazista) assumiu o poder. Nessa cidade ele foi "lecturer" em sociologia na Universidade de Londres ("London School of Economics") de 1933 até 1945; e de 1945 até sua morte, ele foi professor de Sociologia e Filosofia da Educação no Instituto de Educação da mesma Universidade.

Basicamente, o trabalho de Mannheim divide-se entre as duas fases principais, que corresponde, aproximadamente, a sua experiência intelectual na Alemanha e a sua carreira desenvolvida na Inglaterra. A primeira fase constitui-se dos primeiros escritos de Mannheim e representam a parte principal de sua obra que é a Sociologia do Conhecimento. Os notáveis frutos desse período foram: "Interpretação de "Weltanschauung" " (1923), "O Problema da Sociologia do Conhecimento" (1925), "O Problema das Gerações" (1928), "Competição Enquanto um Fenômeno Cultural" (1929), "Ideo-

(*) O autor é Ministro Togado de Carreira do Tribunal Superior do Trabalho.

logia e Utopia" (1929/1931) e "Ensaio sobre a Sociologia da Cultura", publicado postumamente em 1950.

Os primeiros escritos de Mannheim expressaram sua luta contra a herança do idealismo alemão de Kant, Hegel, Herder e outros. Eles foram uma tentativa para revisar sua epistemologia de conhecimento na direção instrumentalista e torná-la algo mais útil na análise sociológica. Através desses escritos foi criticada a concepção de história intelectual ou internalista do conhecimento, enquanto um desenvolvimento autônomo e seqüente das idéias.

Nessa primeira fase, Mannheim sofreu influência da tradição historicista de Dilthey e também do modelo marxista de sociedade e pelos clássicos do pensamento sociológico alemão e do marxismo na estrutura e determinantes de consenso e dissenso.

Em seu ensaio "O Problema de uma Sociologia do Conhecimento", Mannheim fez um traçado dos demais métodos de conhecimento, então aceitos, e apontando suas falhas, teceu razões para legitimar a metodologia que ele propôs.

Em "Ideologia e Utopia" Mannheim continua com sua investigação sobre a sociologia do conhecimento e se propôs a investigar a fundo a natureza do pensamento, não de acordo com o método da lógica interna das idéias em que o conhecimento avança de acordo com a direção e seqüência conferida por idéias anteriores mas, em relação às condições sociais de sua origem. Mannheim propunha um novo método de conhecimento, o de investigar o pensamento como resultante de fatores sociais, na sua forma real e em que funciona na vida política e social.

Na segunda fase de sua vida intelectual, o estudo da Estrutura da Sociedade Moderna aflorou, guarnecido de preocupações com a sociedade de massa e sua crescente burocratização e democratização. Deste período destacam-se as seguintes obras: "O Homem e a Sociedade" publicada na Inglaterra em 1935; e "Liberdade, Poder e Planificação Social" (1950).

2. OBRA

A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

Em seu ensaio "O Problema da Sociologia do Conhecimento" Mannheim deu os primeiros passos para justificar e conferir legitimação metodológica à sua teoria do conhecimento.

A abordagem à análise da história do pensamento, que ele formulou, partiu da seguinte pressuposição: certo fator de interesse assume uma configuração determinada pela presença simultânea de vários fatores. Esta hipótese parecia especialmente verificável nas ciências culturais, em que o progresso é ondulatório, isto é, certos problemas emergem subitamente en-

quanto outros se desfazem, com subitez igual, para voltar a reaparecerem de uma forma modificada. Daí a necessidade de compreensão do pensamento como um processo vital.

Pretendia Mannheim romper com a história internalista do conhecimento, segundo a qual o percurso do conhecimento é traçado por "fatores imanentes, uma questão levando a outra, com uma necessidade puramente lógica e com interrupções devidas, apenas, a dificuldades ainda não solucionadas".

Contrastando, Mannheim considerou o pensamento como um fenômeno parcial, um subconjunto da totalidade da existência, ao mesmo tempo em que depende de dados existenciais. Anterior e subjacente à história intelectual, o ser englobante e dinâmico é o campo histórico e social possibilitando que o significado teórico imanente do pensamento possa ser transferido.

Mannheim, seguindo o exemplo de Marx, contemplou a luta de classes sociais, como fator determinante da construção de Ideologias e da sua destruição, à medida em que uma classe em oposição, atacava as bases funcionais da ideologia da classe dominante, destruía a eficácia social das idéias e transcendia a sua imanência teórica.

Visualiza-se, assim, um movimento evolutivo do conhecimento, em que as idéias fazem parte de um sistema, de uma totalidade de "Weltanschauung" que é ligada a e determinado por um estágio do desenvolvimento da realidade social.

A posição social e os interesses intelectuais de um grupo social influenciam o desenvolvimento das teorias e atitudes históricas e sociológicas de certa classe.

Dois exemplos de como os modos de pensamento são determinados pelas categorias sociológicas podem ser encontrados em Mannheim. Um deles refere-se ao Estado Absoluto e aos partidos políticos que articulavam seus objetivos de modo a transformá-los em credo filosófico, em concepção política da realidade; o outro é relativo ao capitalismo, o qual Mannheim atribui o reconhecimento do pensamento científico e tecnológico como único paradigma.

Mas, os antagonismos entre classes não são irrestritos. Um fato histórico ou sociológico descoberto por determinada classe irá ser considerado por todos os outros grupos e incorporado ao seu sistema de interpretação do mundo. Todos os grupos procuram ter uma visão totalizante da sociedade e um mesmo fato pode ser considerado sob uma nova faceta da realidade cognitiva.

Mannheim relacionou o desenvolvimento da teoria sociológica à sua época. Nesta, achava que havia uma situação de crise no pensamento ou

de conflito entre as idéias caracterizada por uma ampla onda de incompreensão e desentendimento entre as pessoas, que ele atribuía a um processo de interpenetração mútua de grupos coltos social e intelectualmente heterogêneos. Tornava-se, então, emergente a necessidade de interpretação correta da realidade histórico-social.

A teoria, então nascente, teria o objetivo de conhecer os modos do pensamento, considerando-o como instrumento de ação coletiva, partindo da tese de que os seus modos, bem como seu conteúdo, somente podem ser explicados, elucidando as suas origens sociais. O pensamento, então, é formado, a partir de reações do indivíduo com o grupo em que o mesmo encontra-se inserido.

Mannheim introduz em seu estudo do pensamento o elemento psicológico, mostrando, talvez, a influência de Freud. Referiu-se, em particular, ao "inconsciente" e ao "coletivo". O processo do pensamento não poderia ser examinado como um ato isolado, mas levando-se em consideração o seu meio repleto de nunces variadas. Os fatores sociais são, então, as "forças invisíveis que informam o conhecimento".

Mas, somente reconhecendo essas conexões do pensamento à existência do grupo seria possível exercer o controle destes fatores, até então incontroláveis do pensamento. Mannheim, enfim, queria colocar a sociologia do conhecimento a serviço da política social, aspirando superar o que considerou a crise da sociedade democrática.

Mannheim relaciona o conflito entre as idéias e ao processo de democratização, em consequência da heterogeneidade dos modos de pensar das classes sociais comprometidas no processo de democratização. Exemplo, disso, é o processo de ascensão social na democracia ateniense que provocou o primeiro grande surto de ceticismo na história do pensamento ocidental; uma outra circunstância geradora de multiplicidade das formas de pensamento foi a desintegração da organização unitária da igreja. A concepção do mundo passou então de uma forma unitária para novos modos de pensamento.

A teoria de Mannheim, ao relacionar pensamento e posição social, obviamente, nos enfrenta com o problema do relativismo do conhecimento que ele pretendeu superar, a partir do reconhecimento e análise dos problemas das condições sociais do conhecimento. As diferenças sociais interferem na percepção do objeto pelo sujeito, gerando diferentes estruturas mentais, de acordo com o meio social e a época vivida. Não é, como o idealismo, que supõe que há diferentes realidades, mas que os vários grupos sociais percebem realidades diferentes.

Neste sentido, a teoria sociológica do conhecimento foi apresentada como uma teoria da determinação social ou existencial do pensamento real.

Com a construção de sua teoria sociológica do conhecimento, procurou Mannheim desenvolver um sentido oposto à visão internalista do conhecimento, refutando a teoria de que o processo do conhecimento não se desenvolve historicamente de acordo com leis imanescentes que envolvem aspectos como a razão e a natureza das coisas. O pensamento é, então, influenciado por fatores existenciais ou "extrateóricos", que modificam as formas de pensar, o conteúdo do conhecimento, influenciando também a "perspectiva" do sujeito. Este termo é definido por Mannheim como "a maneira total de um sujeito conceber as coisas, tal como é determinada pelo seu ambiente histórico e social".

A teoria de Mannheim envolve o fator "experiência", isto é, o conhecimento advém a partir de situações já vividas, em oposição à teoria de que o conhecimento depende da lógica das idéias acerca da natureza das coisas através de uma abordagem dialética e interior do problema. Isto pode ser ilustrado pelas premissas que ele formulou:

A) "Toda formulação de um problema só é possibilitada por uma experiência humana prévia e real que envolva esse problema";

B) "na seleção dos dados múltiplos está implicado um ato voluntário por parte do sujeito cognoscente"

C) "as forças surgidas da experiência vivida influem na direção que seguirá o tratamento do problema"

Em síntese, as experiências vividas alicerçam as teorias. Estas são formuladas por homens dentro de certos grupos, pois o indivíduo isolado apenas participa do processo do pensamento, levando avante o que outros pensaram antes dele.

Mannheim ilustra a influência de elemento "extrateórico", na evolução das idéias sociais citando a "competição" entre grupos em luta pelo poder que, no intuito de controlar a atividade econômica e dirigir o curso dos acontecimentos políticos e sociais, impulsiona diversas interpretações do mundo, que constituem as expressões intelectuais dos grupos envolvidos.

Entretanto, Mannheim rejeita a noção sedutora de uma "mentalidade grupal", tal como foi proposta por Durkheim. O processo de conhecimento envolve uma variedade de interpretações da experiência "comum", através de várias orientações simultâneas e conflitivas, que, por sua vez, estão ligadas à matriz dos interesses coletivos. As diferenças sociais visualizadas por Mannheim eram, não apenas quanto à ordem dos interesses, mas de modos de pensamento, de categorias em que os eventos são concebidos e até mesmo nos próprios critérios de validade.

Em "Ideologia e Utopia" ele elaborou quatro de suas visões sobre a profundidade das brechas existentes entre os estilos de pensamento.

Em primeiro lugar, há o pensamento do tipo escolástico, resultante do período estático da sociedade. Neste período os responsáveis pela visão do mundo eram os mágicos, os brâmanes e o clero medieval que formavam a camada intelectual organizada como casta; eles detinham o monopólio do pensamento. Este provinha, não da experiência concreta com a vida cotidiana, quer dos seus conflitos, quer dos resultados empíricos negativos ou positivos. Mas havia uma distância da vida conflitiva do dia-a-dia. As várias posições de poder dentro da mesma estrutura social é que influenciavam as várias interpretações acerca da "verdade".

Entretanto, esse sistema unitário de interpretação do mundo se desintegrou, quando os intelectuais se libertaram da rigorosa organização da Igreja. Nos períodos de Renascimento e de Reforma os pensadores começaram a observar que havia numerosas concepções do mundo e várias ordens ontológicas. O objeto tornara-se demasiadamente ambíguo, pois fôra submetido a múltiplas interpretações divergentes. O clima era de incertezas. Havia necessidade de encontrar uma base segura para a existência objetiva. Então surgiu a epistemologia, tomando como ponto de partida o sujeito cognoscente, pois este, pressupunha-se, é mais imediatamente acessível que o objeto. O objetivo era definir a natureza e o valor do ato cognitivo humano. Como exemplo, cita Mannheim a corrente racionalista da filosofia francesa e alemã, de Descartes e de Kant.

No entanto, o recurso epistemológico demonstrou-se insuficiente, pois não havia um ser transcendente e infalível capaz de emitir um julgamento sobre o valor do nosso pensamento. Entretanto, possibilitou o aparecimento de uma psicologia geral e do pensamento. Esta também tinha o objetivo de explicar o significado a partir de sua gênese no sujeito. O indivíduo separado do grupo. Mas, tal como a epistemologia, esquecia-se do fator social do conhecimento. Isto se deve, conclui Mannheim, ao fato de que *ambas evoluíram em períodos radicais de individualismo e subjetivismo na época da desintegração da ordem social medieval e no início da era burguesa-capitalista.*

De forma subsequente, surge a sociologia do conhecimento, numa época de crise no pensamento, dentro de um contexto social que tentou contrabalançar as tendências de uma sociedade individualista e indirecionada com um tipo mais orgânico de ordem social.

A profundidade das diferenças existentes entre estilos de pensamento levou Mannheim a fazer a distinção entre o conceito particular e total da ideologia.

O conceito particular é utilizado para designar que certas idéias específicas do sujeito estão influenciadas pela situação social em que o mesmo vive; que as asserções do indivíduo encobrem uma vivência de interesse. Já o conceito total designa que a estrutura global do pensamento do oponente é uma função de sua posição social.

Mannheim faz uma conexão progressiva entre os conceitos de ideologia e sociologia do conhecimento. Inicialmente, a descoberta das raízes sociais do pensamento assumiu a forma de "desmascaramento". O indivíduo, sem questionar a sua própria posição investiga as bases das idéias do antagonista e as interpreta como mera função da posição social ocupada pelo mesmo. Mannheim reporta-se aos partidos políticos como os primeiros a se utilizarem desse método, a fim de demonstrar aos grupos dominantes que as suas idéias refletiam os aspectos decorrentes de suas situações de vida e de interesses inconscientes. Ao mesmo tempo, as próprias opiniões do grupo atacante eram robustecidas. O próximo passo é adquirido quando o indivíduo interessa-se pela análise sociológica da estrutura do pensamento do adversário, em sua totalidade, com a finalidade de encontrar suas construções subjacentes determinadas pela sua posição social. Finalmente, numa fase própria da sociologia do conhecimento, o indivíduo, sem o intuito de moralizar ou denunciar, mas apenas com o interesse de pesquisar, sujeita à análise ideológica não apenas a estrutura de consciência e pensamento do adversário, mas todos os pontos de vista, questionando, assim, a própria posição. As estruturas sociais é que possibilitam que o mesmo objeto assuma diferentes formas e aspectos no processo da evolução social.

A partir desse ponto, em "Ideologia e Utopia", Mannheim procurou fundamentar a compreensão de "perspectiva" que deveria transcender a parcial perspectiva associada com a particular posição social. Ele partiu da pressuposição de que as condições temporais do aparecimento das idéias afetam-lhe o conteúdo e a forma. Fazendo ressalvas ao desenvolvimento das ciências exatas, ele afirma que nas ciências culturais o conhecimento opera de acordo com o ponto de vista característico da época em que o mesmo objeto é visto sob outra perspectiva.

Mannheim subtrai do exemplo do que acontece na arte, a comparação com o que acontece no conhecimento. Na arte, é possível fazer-se um preciso reconhecimento da época em que determinadas obras artísticas foram aprimoradas, pois cada forma de arte e estilo, somente é possível dentro de certas condições que influenciaram a sua produção. De igual modo, no domínio do conhecimento, as formas particulares deste revelam a perspectiva resultante de um ambiente histórico particular.

Mannheim faz uma digressão quanto aos traços que podem caracterizar a perspectiva do sujeito, para efeito de seu reconhecimento, quanto a época ou situação. Um dos exemplos refere-se ao uso da palavra. A mesma palavra pode conter significação conceitual diversa, para pessoas diferentemente situadas, como é o caso da palavra "liberdade" que no início do século XIX, para um alemão conservador, designava privilégios, e para um indivíduo pertencente ao movimento conservador protestante, tinha conotação de liberdade pessoal de assumir a própria personalidade.

Mannheim achou de especial relevância situar o conceito de perspectiva no período contemporâneo de interpretação mútua dos grupos coletivos, social e intelectual heterogêneos. O conflito entre as idéias acontece, não apenas a nível de nações de um outro hemisfério, mas também entre as várias camadas sociais, grupos profissionais e de intelectuais.

Essa situação de conflito entre as idéias pode ser representada da seguinte forma: Imaginemos um círculo, em seu centro está o objeto; ao redor, as pessoas heterogêneas ou representantes do grupo social a que pertencem objetivam visualizar o objeto ou demonstrar que o visualizaram e que o objeto tem esta ou aquela forma e natureza. Entretanto, cada observador tem sua maneira de vê-lo de acordo com a própria vivência social e histórica. Cada um tem a sua perspectiva particular que lhe determina o ângulo de visão. Dentro dessa paisagem heterogênea de perspectivas, tem lugar a discussão acerca do objeto. Um dos participantes, crendo no seu próprio ponto de vista, discorrerá sobre a parte do objeto que conseguiu ver e falará sobre a sua interpretação parcial do problema. Outro participante tenderá a negar a assertiva daquele, porque a sua visão do objeto lhe é diferente; o seu significado brota da totalidade de suas próprias referências sociais. E assim sucessivamente. Em consequência, o significado do objeto permanecerá parcialmente obscuro para cada um dos participantes, dando lugar ao desentendimento ou dissenso.

Esse quadro desestruturador de idéias oferece um campo propício à atuação do método da sociologia do conhecimento. Esta se propõe a organizar o círculo da discussão. Permanecem os critérios de "verdade" e "erro" na discussão. O que muda é a perspectiva dos participantes. Estes são levados, como que a deslocarem de seu ponto de vista particular e a adquirirem a perspectiva do oponente. A forma de interpretação do mundo deste passará a ser vista como uma função de determinada posição social. Esse processo relacional de idéias com a estrutura social indica a transição da perspectiva particular à total.

3. A ESTRUTURA DA SOCIEDADE MODERNA

Os três anos passados entre a publicação de "Ideologia e Utopia" e a saída de Mannheim da Alemanha marcam a transição da sociologia do conhecimento para o estudo macro e microsociológico da estrutura social. Neste período sua produção intelectual foi muito influenciada por Max Weber, e ele manifestou seus primeiros envolvimento concernentes à personalidade e cultura no planejamento em sociedade.

Porém, a mudança de Mannheim para a Inglaterra indica, em sua carreira, a aquisição de diferente perspectiva no campo de suas pesquisas sociológicas. A crescente tensão internacional e a relativa segurança oferecida pela Inglaterra deixaram-no entre o ceticismo e o otimismo quanto ao funcionamento da democracia liberal, na época.

Mannheim achava que, por causa do sistema industrial, não é mais possível uma pseudo-democracia, em que o poder político era atribuído às elites intelectualmente mais preparadas. Hoje, o maior número de grupos sociais visa participar no controle social e político. Portanto, há a necessidade de que todos tenham o mesmo nível de compreensão da realidade. Caso contrário, a sociedade não se estabilizará. O pensamento e a ação devem ser democraticamente orientados para a planificação da sociedade moderna, de forma a controlar as situações, sem os inconvenientes da ditadura e da barbárie. Ele fez uma distinção entre três tipos de pensamento, relacionados às necessidades sociais. Num nível mais primário, coloca-se o pensamento da "descoberta ocasional", em que a solução para determinado tipo de problema é acidentalmente encontrada. Esta é a fase original de uma organização social e econômica, cujo exemplo, são os coletores de alimento e os caçadores; num estágio mais avançado, surge o pensamento do tipo "inventivo", caracterizado pela imaginação e pela previsão. Nesta fase, os objetivos são criados e selecionados; finalmente, no estágio do pensamento "planificado", tanto as instituições isoladas, quanto os objetivos são regulamentados e racionalmente relacionados dentro da sociedade como um todo.

De igual modo, na sociedade Mannheim identifica três fases históricas: a primeira, de acordo com a terminologia usada por Durkheim, corresponde a da solidariedade mecânica, caracterizada pelo predomínio do grupo sobre o indivíduo. Este, seja pela tradição, seja pelo medo, não se sente em condições de viver independentemente do grupo: deve viver ou perecer dentro deste. O indivíduo não tem consciência de si, como um ser isolado e, portanto, não pode assumir responsabilidades individuais. Contrastando com esse mundo de comportamento homogêneo, surge em seu lugar, a sociedade da competição individual. Nesta fase, o indivíduo já é capaz de formar suas próprias opiniões e de conceber o mundo a partir de suas experiências pessoais. Ele vivencia a individualidade e não teme a responsabilidade. Tem consciência de seus interesses e adapta-se às circunstâncias, para melhor servi-los. Um exemplo de contribuição ao crescimento da responsabilidade pessoal foi o sistema de pequenas propriedades, pois o indivíduo era obrigado a elaborar uma estratégia de ação para não perecer na luta competitiva. O resultado imediato foi o surgimento de uma racionalidade subjetiva ou raciocínio de concorrência. A terceira fase histórico-social corresponde a da sociedade industrial. Caracteriza-se pelo abandono da atitude de competição mútua. O indivíduo é levado a se subordinar porque compreende que, abrindo mão de certas vantagens pessoais, colabora com a manutenção do sistema econômico e social, resguardando seus interesses pessoais; compreende, ainda, que o mecanismo social é constituído a partir de acontecimentos interdependentes que devem ser sujeitos a planificação.

O termo "planificação" é usado por Mannheim com o sentido de reconstruir uma sociedade em transformação, com os próprios elementos exis-

tentes dentro dela, e com o fim de transformá-la em reduto saudável dos objetivos do homem propiciando a canalização de suas energias. Através do planejamento a ordem social passa a ser a de um Estado de serviço e de existência de formas essenciais de liberdade.

O planejamento se tornará viável através da técnica social, que são as práticas e instrumentos usados para modelar o comportamento humano e as relações sociais, de forma a dar forma e dar direção às forças vitais do indivíduo, de forma responsável.

No conceito de planificação, Mannheim introduz os princípios de liberdade e de responsabilidade. Estes devem alinhar o processo democrático, de modo a que o mesmo não sirva a fins nocivos, em vez de irradiar influências de elementos sociais criadores. E que, em virtude das técnicas de comunicação, hoje existentes, é possível a condução da sociedade para a regressão social, quando, por exemplo, os meios de propaganda são mal utilizados por homens, cuja mentalidade se situa em sua fase primitiva.

4. INFLUÊNCIA DE MANNHEIM

Ao lado de Max Weber, Emile Durkheim, Vilfredo Pareto e Karl Marx, Karl Mannheim é considerado um dos maiores sociólogos de todos os tempos. Entretanto, sua descendência intelectual não é numerosa.

Mannheim foi um professor estimulante, mas por várias circunstâncias perdeu a oportunidade de influenciar uma nova geração de sociólogos. Seus alunos de Frankfurt foram espalhados e deixaram de seguir carreira. Na "London School of Economics", os estudantes interessados na pesquisa empírica, achavam que Mannheim não usava com desenvoltura as técnicas, então em vigor, e poucos deles estavam devidamente preparados para fazer os tipos de pesquisa histórica e macrosociológica, com que Mannheim mais se identificava. Também a duração da guerra trouxe enormes prejuízos para o desenvolvimento da sociologia de Mannheim, interrompendo, na Inglaterra, o seu ensino. A pesquisa na ciência social também ficou paralisada na Alemanha, e isso fez desaparecer o ambiente cultural propício ao desenvolvimento da sociologia do conhecimento. Após a guerra, a pesquisa social foi reaquecida, porém sem o calor da tradição mais antiga e a obra, antes da guerra, de Mannheim sobre macrosociologia não parecia relevante aos interesses atuais.

Em conseqüência, a sociologia do conhecimento, praticada por Mannheim, não encontrou muitos seguidores. Sua única manifestação são "Ernest Kohn Bramstedt's Dissertatin", "aristocracy and Middle-Classes in Germany" (1937), Hans Gerth's "Die sozialgeschichtliche Lage der Bürgerlichen Intelligenz um die Wende des 18. Jahrhunderts" (1935), and Hans Speier's "Die Geschichtsphilosophie Lassalle's (1929).

É intrigante e paradoxal o fato de que a sociologia do conhecimento, além de não ter desaparecido, floresceu em várias áreas, sem, ao mesmo tempo, espalhar as influências de Mannheim.

Exemplificando, Mircea Eliade e Claude Lévi-Strauss, na elaboração sobre as categorias fundamentais do pensamento, devem muito a Jung, Durkheim e Mauss, mas, praticamente nada a Mannheim.

Mas se a influência direta de Mannheim é hoje quase imperceptível, no atual desenvolvimento da sociologia, o interesse em certas das grandes questões da sociologia do conhecimento que ele levantou não somente transborda as fronteiras disciplinares, atingindo campos da história da ciência e epistemologia, como também, resulta no livro mais citado e provavelmente mais lido das Ciências Sociais dos últimos trinta anos — A estrutura das Revoluções Científicas de Thomas Kuhn (1). Nesta obra, Kuhn, físico por profissão, e historiador da Ciência por opção, argumenta que as ciências sociais devem tratar a Ciência Natural, como o mais poderoso e revolucionário instrumento nos últimos três séculos, como qualquer outro fenômeno socialmente construído em determinados contextos históricos. Diz, implicitamente, que a tentativa da filosofia, e em particular da epistemologia científica, de explicar seu incontestável êxito em algo exterior à sua prática social, o "fundamentista" quer na ontologia do mundo, quer na lógica dos seus procedimentos, não somente é mal sucedido até hoje, mas fadado ao fracasso. Em seu lugar, aponta o caminho do **naturalismo**, ao estudo da prática e do fenômeno da ciência como qualquer outra expressão social, pelo caminho da sociologia do conhecimento.

É especialmente interessante, então, que certos filósofos contemporâneos da ciência, por exemplo Ronald N. Giere (2) admitindo a derrota do programa "fundamentista", optam por uma abordagem "naturalista" para o estudo da ciência, tomando a obra de Kuhn como ponto de partida e o novo campo de investigação, a Sociologia da Ciência, como uma contribuição importante a este empreendimento.

O quadro muda de figura quanto a estudos de ideologias, que começam a ocupar um lugar importante na análise sociológica. Sua influência, nesse sentido, pode ser atribuída ao uso do termo "ideologia", que despertou a atenção dos sociólogos, como também, pelo fato de que Mannheim estudou o assunto com especial dedicação. Semelhantemente, há influência de Mannheim no estudo do papç político e social de intelectuais e dos sistemas institucionais da vida intelectual, na forma em que foi conduzido por Theodor Geiger, Robert K. Merton, Joseph Ben-David, Talcott Parsons, Martin Trow, Lewis Coser e outros.

(1) Kuhn, Thomas S. (1970) — *The Structure of Scientific Revolutions*, 2.^a ed., Chicago, The University of Chicago Press.

(2) Ronald N. Giere (1988) — *Explaining Science: A cognitive approach*, The University of Chicago Press, Chicago — London.

Também, houve mais receptividade relativamente à idéias macrosociológicas de Mannheim quanto à sociedade de massa, cuja aparição coincidiu com o surgimento da influência da sociologia do Marxismo e da obra de Max Weber sobre democracia e capitalismo. Na época, preocupavam-se os sociólogos em decifrar as causas do ocaso das sociedades liberais e do surgimento dos regimes populistas e totalitários. Em consequência, a influência de Mannheim, nesta área, foi mais duradoura.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 — Sociologia do Conhecimento, Karl Mannheim, Robert K. Merton, C. Wright Mills — 2.ª edição (1974), Zahar Editores — Rio de Janeiro.
- 2 — Ideologia e Utopia — Tradução de Emílio Willems, Editora Célebre, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo.
- 3 — International Encyclopedie of the Social Sciences, vol. 9 and 10, New York, The Macmillan Company, The Free Press David L. Shells, editor, 1968.
- 4 — O Homem e a Sociedade (1962), K. Mannheim, Estudos sobre a Estrutura Social Moderna, Zahar Editores, Rio de Janeiro.
- 5 — Liberdade, Poder e Planificação Democrática (1972), Editora Mestre Jou — São Paulo.